



LIVRO DE ROMANOS

COMENTÁRIOS DO CAPÍTULO 4



Pr. Lúcio Mauro Silva Lima



COMENTÁRIOS DO CAPÍTULO 4

4:1

Paulo havia ensinado que esta “justiça de Deus à parte da lei” é apoiada pela lei e os profetas (Velho Testamento). É preciso demonstrá-lo agora, e Paulo se dispõe a fazê-lo baseando-se na história de Abraão.

De todos os justos que fala o V. T., ninguém pode sobrepujar Abraão

– “Abraão, meu amigo”(Is 41.8), “A rocha de que fostes [Israel] cortados”. O testemunho de Deus em favor de Abraão está registrado em Gn 26.5: “Porque Abraão obedeceu à minha palavra e guardou os meus mandados, os meus preceitos, os meus estatutos e as minhas leis”. Então, o que dizer de Abraão? Se forem as obras praticadas pelo homem que o justificam diante de Deus, Abraão teria melhor possibilidade que a maioria e poderia candidatar-se a obter algum crédito por isso. Mas não é esse o meio divino.

4:2,3

O meio divino para a JUSTIFICAÇÃO do homem está claramente indicado no registro de Gn 15.6: quando a promessa divina alcançou Abraão, a despeito da extrema impossibilidade do seu cumprimento, “ele creu no Senhor, e isso lhe foi imputado (bvx chashab=ser computado, ser reconhecido, ser considerado, ser lançado em conta) para justiça”.

O fato de Deus aceitar a Abraão evidentemente não se baseava em suas obras, por boas que fossem (o injusto não pode estabelecer sua própria justiça diante de Deus). As boas obras praticadas por Abraão, sua obediência aos mandamentos divinos, eram frutos de sua incontestável FÉ em Deus. Se não tivesse primeiro crido nas promessas de Deus, nunca teria



conduzido sua vida daí por diante naquilo que sabia ser a vontade de Deus. Quando Deus fez uma promessa a Abraão, ele simplesmente tomou Deus ao pé da letra, e agiu de acordo.

4:4

Deus nunca é devedor dos homens, pois tudo o que recebemos de Deus (inclusive a salvação) **é fruto da sua graça** (*kata charin*= [lit] segundo a graça) e **não por dívida** (*kata opheilema*= [lit] segundo dívida). Graça (*charis*) é favor imerecido, logo se houve trabalho a graça desaparece e a salvação torna-se uma dívida de Deus para com os homens que laboraram. Entretanto pela incapacidade inerente ao homem de satisfazer a Deus, qualquer método de justificação que tem como base o esforço humano está **CONDENADO** ao absoluto **FRACASSO**.

4:5

Por mais chocante que possa parecer o homem justo diante de Deus é **aquele que não trabalha para a sua justificação**. Ele renuncia qualquer possibilidade de obter por seu esforço a salvação. Ele rejeita qualquer mérito ou bondade pessoal, pois ele sabe que a sua melhor obra não poderá nunca satisfazer as justas exigências de Deus.

A justificação não vem ao homem que alegou ter feito o seu melhor, que considerou não ter sido tão mal quanto os outros. Não, a justificação vem para um **culpado pecador**, que se lançou pela fé na misericórdia de Deus. E qual o resultado disso? Esta confiança em Cristo foi convertida em justiça. Pelo fato do pecador ter confiado em Cristo para a sua justificação ao invés de ter trabalhado, Deus decidiu declará-lo **JUSTO**, pelos méritos de JESUS, o qual foi o objeto da confiança do **justificado pecador**.

4:6-8

Para ratificar a doutrina que vem expondo, Paulo se utiliza do exemplo da pessoa de Davi, outro gigante da fé, citando o salmo 32.1,2. Davi está jubiloso. Por que motivo? Por que ele sabe que sua transgressão ([heb] evp *peshah*,=lit. atos de iniquidade, violações da lei) já foi perdoada ([heb] *asn nasa* " ou hon *nacah*=lit. tomar, levar embora, carregar embora), e que seus pecados ([heb] *hajx chata*"ah) foram cobertos ([heb] *hok kacah*= lit. cobrir, ocultar, esconder, vestir). Entretanto, Davi não está pensando somente no perdão que ele mesmo recebeu, mas em todos que têm recebido uma benção similar. Ele chama tais pessoas de bem aventuradas ([heb] *rva „eshet*=lit.feliz/[Gr] *makarios makarios*). O ponto principal aqui enfatizado é que o perdão, outorgado e experimentado, foi o



resultado, não de obra humana, mas da graça divina. Nesse aspecto, Abraão e Davi têm algo em comum. Ambos são os recipientes do favor divino soberano e gratuito. Nestes versos (6-8) Davi pronuncia uma bênção sobre os pecadores contritos, de consciência abalada. Em ambos os casos caso as obras humanas não entram em cena; somente a graça de Deus tem lugar. Longe de pronunciar “bem-aventurados” os que têm realizado feitos bons, Davi pronuncia uma bênção sobre aqueles cujas transgressões não foram postas em suas contas ([heb]bvch *chashab*=acusar, imputar, considerar).

Introdução aos versos 9-12

Paulo começa a desenvolver o argumento de que Abraão foi justificado antes de ter sido circuncidado. Paulo recorre a este fato para mostrar que a circuncisão não teve papel na justificação de Abraão e, portanto, que a justificação pela fé se aplica tanto no caso dos circuncisados como no dos incircuncisados. O fato histórico de que Abraão foi justificado muito antes de haver sido circuncidado está registrado no livro de Gênesis. A instituição da circuncisão encontra-se em Gn 17.10-13, mas a referência à justificação de Abraão, pela fé, aparece em Gn 15.6, havendo pelo menos catorze anos de intervalo entre os dois eventos. Quando se leva em conta o fato de que a tradição judaica interpretava a preeminência de Abraão e o privilégio do povo judeu, como descendentes de Abraão, em termos quase exclusivos de circuncisão e associava à circuncisão as bênçãos da vida presente e da vindoura, entendemos quão fundamental é o argumento que Paulo vem defendendo.

4:9

“...visto que dizemos: a fé foi imputada a Abraão para justiça”. Paulo novamente faz referência a Gn 15.6, e a palavra “dizemos” (legw *lego*=falar, dizer, afirmar) deve ser tida como uma afirmação categórica que não será posta em dúvida, ou seja, um fato admitido por todos. Tendo Paulo delineado essa premissa admitida por todos, Paulo parte no verso seguinte para a pergunta essencial neste ponto.

4:10

“Como, pois, lhe foi atribuída?” Paulo estava indagando quanto ao status, sob quais circunstâncias Abraão foi justificado pela fé? Paulo fez a pergunta da forma mais incisiva possível. Pois, se isto ocorreu quando Abraão se encontrava no estado de circuncisão, então o simples fato de ele ter sido justificado pela fé não teria a mesma irrefutabilidade no presente argumento; alguém poderia ainda



alegar que a circuncisão era um fator determinante ou no mínimo condição acessória. A resposta do apóstolo foi: “Não no regime (em *en=em*, por, com) da circuncisão, e sim quando incircunciso”. Por conseguinte, na questão da justificação e da fé que visava à justificação, a circuncisão não serviu de fator, nem mesmo como causa condicionante.

4:11

“E recebeu o sinal...”. Com o propósito de antecipar uma objeção, Paulo mostra que, embora não tivesse poder para justificar, a circuncisão não era destituída de proveito e nem supérflua, visto que tinha outra utilidade muito mais excelente, isto é, a função de **selar** (*sfragiv sphragis*=selo colocado em rolos, livros e principalmente em documentos oficiais indicando sua autenticidade) e **ratificar** a justiça (procedente) da fé. Entretanto, o apóstolo sugere, a partir do próprio propósito da circuncisão, que ela não era a causa da justiça, embora tenha a função de confirmar a justiça (procedente) da fé já obtida quando ainda no regime da incircuncisão. A circuncisão como todos os demais ritos judaico-cristãos nunca tiveram em si mesmos poder para transmitir qualquer benção espiritual, mas sua utilização sempre apontava para algo que já deveria ter tornado-se, realidade espiritual na vida do homem (Dt 10.16; 30.6).

“...Para vir a ser o pai de todos os que crêem”. Paulo frisa a importante doutrina bíblica que declara que Abraão é o pai espiritual dos verdadeiros crentes, isto é, daqueles que compartilham da regeneração no íntimo, e não simplesmente daqueles que são seus descendentes segundo a carne. Portanto como a circuncisão na vida de Abraão foi um símbolo de algo que aconteceu quando o mesmo era ainda incircunciso (ter crido em Deus), Abraão tornou-se não somente pai dos judeus (circuncisos), mas, de todos os que experimentaram a mesma fé (PAI DE TODOS OS QUE CRÊEM), independentemente de serem ou não circuncidados. A justiça atribuída a Abraão também será imputada a todos os CRENTES incircuncisos. Todos esses crentes, desfrutarão perante Deus, de justificação semelhante à proporcionada a Abraão. Diante dessa doutrina fica claro que somente a DESCENDÊNCIA ESPIRITUAL de Abraão tem qualquer valor real aos olhos de Deus e também que a igreja cristã é na atual dispensação o verdadeiro ISRAEL.

4:12

“E pai da circuncisão, isto é, daqueles que não são apenas circuncisos, mas também andam nas pisadas da fé que teve Abraão, nosso pai, antes de ser circuncidado”.



“...Mas também andam (stoicew *stoicheo*=andar numa fila como a marcha de um soldado, caminhar em ordem) **nas pisadas** (icnov *ichnos*=pisada, pegada, marca) **da fé que teve Abraão nosso pai** (*patros hemon*= “nosso pai” título que os judeus dão a Abraão)...”. Andar nas pisadas é marchar em fila, Abraão é reputado como o líder do grupo, e não andamos lado a lado, e sim em fila, seguindo as pisadas deixadas por ele. E estas pisadas são as da “fé que teve Abraão” no STATUS de INCIRCUNCISO. Portanto devemos ter a mesma fé que Abraão teve, isto é, segui-lo e imitá-lo no EXERCÍCIO DA FÉ, caminhar pela fé.

4:13

“Não foi por intermédio da lei que a Abraão ou a sua descendência coube a promessa de ser herdeiro do mundo, e sim mediante a justiça da fé”.

Paulo afirma de modo inflexível que se a justificação não é pelas obras, nem pela circuncisão, tampouco ela se dá pela lei. Pois como é que a promessa de Deus chegou a *Abraão e a sua descendência*? Resposta: *Não foi mediante a lei...mas mediante a justiça que vem da fé*. A promessa que Paulo tem em mente é a de Gn 15.5, de que a posteridade de Abraão seria tão numerosa quanto as estrelas. Era uma promessa desvinculada de quaisquer condições ou exigências. A palavra de Deus veio a Abraão como uma promessa gratuita, não com lei. Ele simplesmente creu e foi justificado.

Paulo retrata a promessa de Deus em termos de que Abraão *seria o herdeiro* (*klhronomov kleronomos* =alguém que recebe por quinhão, herança) *do mundo*. Só que, no texto de gênesis, o que foi prometido a Abraão foi Canaã, “norte, sul, oriente e ocidente” a partir de onde ele estava (Gn 13.12,14,17) e cujas fronteiras seriam delineadas posteriormente. Mas então, como é que Canaã virou o “mundo”? Em primeiro lugar temos uma resposta de caráter messiânico (Gl 3.16; Jo 8.56). A semente de Abraão é identificada como o Messias (Jesus), o qual irá exercer um domínio universal (Sl 2.8; Is 9.7). Além disso, seu povo constitui-se em seus outros herdeiros e porque em Cristo e através dEle “todas as coisas” são nossas, inclusive o “mundo” (I Co 3.21-23). Em segundo lugar pelo fato de Canaã tipificar não somente a esperança da vida celestial como também a plena e perfeita benção de Deus que inclui o mundo inteiro. Portanto, seguindo esse mesmo raciocínio Abraão tipifica Deus Pai de quem recebemos toda a “terra de Canaã” como herança.

4:14

“Pois, se os da lei é que são os herdeiros, anula-se a fé e cancela-se a promessa,”



Paulo expressamente declara que a promessa seria abolida (*katargeo*= anular, abolir, tornar indolente, inoperante) caso dependesse ela das obras (humanas). Paulo ensina que, quando colocamos nossa confiança nas obras, A FÉ É REDUZIDA A ZERO (*kenoo*=esvaziar, tornar vazio), que a mesma perece se não repousar serenamente no favor divino. A fé, pois não consiste de mero reconhecimento de Deus ou de sua verdade, senão de um sólido conhecimento da divina misericórdia que se recebe no evangelho, que imprime paz de consciência na presença de Deus e nele repousa. Portanto, a síntese da questão é: se porventura a salvação depende da observância da lei, então não é possível que a alma DESCANSE CONFIANTE nela; e de fato as promessas oferecidas a nós por Deus não terão qualquer efeito.

4:15

“Porque a lei suscita a ira; mas onde não há lei, também não há transgressão”.

“Porque a lei suscita(*katergazomai* *katergazomai*=produzir, resultar em) **a ira** (*orgh orge*=raiva, ira, indignação). Visto que a lei nada produz senão vingança, então não pode transmitir graça. É verdade que a lei tem o propósito de apontar o caminho da virtude e integridade; visto, porém, que ela ordena ao pecador corrupto a cumprir os seus deveres sem supri-lo com o poder de fazê-lo, então o que ela faz é conduzi-lo ao juízo, como culpado, perante o tribunal divino. Tal é a corrupção da nossa natureza, que quanto mais somos ensinados no que é certo e justo, mais abertamente a nossa iniquidade e particularmente nossa obstinação são detectadas; e, assim, a ira (*orgh orge*=raiva, ira, indignação) de Deus cai sobre nós de forma mais implacável. Pelo termo ira devemos entender o juízo divino. Portanto é só juízo o que a lei traz sobre os pecadores sem Cristo.

“Mas onde não há lei, também não há transgressão (*parabasis*=quebra de uma lei definida, promulgada, ratificada)[**nulla poena sine lege**]”. Quando alguém recebe o conhecimento da justiça divina pela instrumentalidade da lei (escrita>revelação especial), e transgride tais regras, este receberá uma punição muito mais severa do que aqueles que ofenderam as normas divinas movidos pela ignorância.

4:16

“Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que seja firme (*bebaios*= fixo, firme) **a promessa para toda a descendência, não somente ao que está no regime da lei, mas também ao que é da fé que teve Abraão (porque Abraão é pai de todos nós”.**



“Essa é a razão por que provém da fé, para que seja segundo a graça, a fim de que seja firme (bebaiov *bebaios*= fixo, firme) a promessa...” .Paulo agora declara que a razão por que a salvação prometida veio pela fé foi para que fosse UMA QUESTÃO DE GRAÇA. Se o cumprimento da promessa tivesse sido dependente de esforço humano, de sorte que a salvação fosse produto de OBEDIÊNCIA PERFEITA aos mandamentos da lei, tal cumprimento jamais poderia ser atingido. Agora, porém que ela é uma questão de graça, a sua realização na vida do povo de Deus está assegurada (bebaiov *bebaios*= fixo, firme) [que conforto para a alma!].

“...Para toda a descendência, não somente ao que está no regime da lei, mas também ao que é da fé que teve Abraão...”. Uma outra razão pela qual a justificação é pela fé, é para que ficasse garantido o cumprimento da promessa para a SEMENTE ESPIRITUAL de Abraão. A promessa, pois, é infalível em seu cumprimento para aquela descendência verdadeira, aquelas pessoas que, enquanto honram a lei de Deus (3.31), depositam sua fé em Deus, como fez Abraão.

“...(porque Abraão é pai de todos nós”. Abraão é aqui chamado “o pai de todos nós”(doutrina da UNIDADE GENTÍLICO-JUDAICA NA FAMÍLIA DE ABRAÃO). No verso 11, ele é chamado “o pai de todos os que crêem”. O apóstolo está determinado a fazer com que os leitores e ouvintes entendam que DEUS NÃO RECONHECE DOIS GRUPOS SEPARADOS sobre quem seu especial favor repousa, mas um só grupo, consistindo de todos os crentes, sejam eles gentios ou judeus.

4:17

“Como está escrito: Por pai de muitas nações te constituí.), perante aquele no qual creu, o Deus que vivifica os mortos e chama à existência as coisas que não existem”.

“...Por pai de muitas nações te constituí...”. Em Gn 17.5, o hebraico diz literalmente “Fiz de ti pai de uma multidão (*ab*”>pai e *hamon*>multidão) de nações”, onde a primeira parte de *hamon* está ligada à última sílaba do novo nome, Abraão („*abraham*).

“...O Deus que vivifica os mortos...”. Esta é a designação geral de Deus na adoração judaica, mas aqui é usada como especial referência ao “seu próprio corpo” (de Abraão) “amortecido”. A Abraão fora feita a promessa de uma descendência, como se eles estivesse virilmente em pleno vigor. Entretanto, tinha-lhe passado o tempo de procriação, portanto lhe era indispensável que elevasse os seus pensamentos para o poder de Deus a fim de que desse vida ao morto. Paulo utiliza esse exemplo e promove uma transição para os gentios demonstrando aos judeus que não há nenhum absurdo quando os gentios, que



pelo prisma espiritual são mortos e estéreis, são conduzidos à vida através de Cristo. Aqueles que negam tal possibilidade estão imputando erro a atitude de Abraão que pela fé teve a certeza que Deus pode chamar à vida o que está morto.

“Chama à existência as coisas que não existem”. No original grego, o apóstolo disse: “E chama as coisas que não existem como se existissem”. Portanto o sentido da afirmação é que as coisas não-existentes são consideradas como existentes. A certeza de sua realização no futuro é tão garantida (garantida por Deus), que são consideradas como já tivessem ocorrido. As promessas feitas por Deus sejam feitas a Abraão ou a nós, pertencem a essa categoria, e de igual modo, o tipo de fé a ser exercida é o mesmo, uma fé focalizada na verdade, ou seja, tudo o que Deus promete, naquilo que Deus garante. Para Abraão, a promessa divina equivalia ao seu próprio cumprimento.

4:18

“Abraão, esperando contra a esperança, creu, para vir a ser pai de muitas nações, segundo lhe fora dito: Assim será a tua descendência”. Em termos de recursos humanos, não havia a menor possibilidade de cumprimento da promessa. Mesmo em face das ponderações que eram induzidas pelas aparências, Abraão nutriu esperança, por haver crido, pois suas cogitações levaram em conta A ONIPOTÊNCIA E A FIDELIDADE DE DEUS. Abraão creu contra toda a esperança (lit. “*contra a esperança sobre esperança*”), porque um dia tinha sido PERSUADIDO que Deus é fiel e todo-poderoso. Isso é comprovado pelo fato de que, quando Deus reiterou-lhe a promessa, em sua própria idade avançada (Gn 17.19), e ordenou que todos os membros masculinos de sua casa fossem circuncidados (Gn 17.9-14), Abraão imediatamente glorificou a Deus, obedecendo à sua ordem (Gn 17.23-26). Sempre que as tentações vinham procurar roubar a esperança de Abraão para lançá-lo em desespero e dúvidas, ele direcionava sua mente para a PROMESSA que lhe fora dada por Deus: “Tua descendência será como as estrelas do céu e como a areia do mar”.

4:19

“E, sem enfraquecer na fé, embora levasse em conta o seu próprio corpo amortecido (nekrow nekroo=mortificar), sendo já de cem anos, e a idade avançada de Sara,”

A fé verdadeira não evita a verdade, não é ESCAPISTA, não é apenas uma MANEIRA CONFORTÁVEL DE IGNORAR O QUE É DESAGRADÁVEL, ela “leva em conta”(*katanoew katanoeo=perceber com a mente, entender, considerar, ponderar*) a REALIDADE (Abraão considerou sua senilidade e a



esterilidade de Sara), mesmo quando esta mostra-se desfavorável, mas jamais permite que qualquer situação destrua uma outra verdade que é a REALIDADE DE UM DEUS TODO- PODEROSO.

4:20

“não duvidou, por incredulidade, da promessa de Deus; mas, pela fé, se fortaleceu, dando glória a Deus,”

As respostas alternativas à promessa de Deus são aqui contrastadas: *incredulidade (apistia) e fé (pistis)*. Se Abraão tivesse cedido à incredulidade, ele teria “enfraquecido” ou entrado “em conflito consigo mesmo” (*diakrino*=estar em divergência consigo mesmo, hesitar, duvidar). Mas, ao invés disso, ele se fortaleceu (*endunamow endunamoo*= receber força, ser fortalecido, crescer em força) através de sua fé. E dessa forma deu glória a Deus. Abraão glorificou a Deus quando reconheceu a onipotência divina, e demonstrou a sua confiança em Deus. **A incredulidade, portanto, rouba a Deus de sua glória**, pelo fato de lançar dúvidas sobre o Seu supremo poder, fidelidade e bondade. Como disse Calvino: “nenhuma honra maior pode ser atribuída a Deus do que a da fé, que sela ou confirma a verdade de Deus”.

4:21

“estando plenamente convicto de que ele era poderoso para cumprir o que prometera”.

Não são muitos os crentes cujas convicções sobre Deus são plenas. Abraão, entretanto, era um homem verdadeiramente espiritual, dotado de uma fé que dominava completamente a sua vida. Somente quando o crente está plenamente convicto (*plhroforew plerophoreo*= completamente convencido ou seguro) das promessas e do poder de Deus, é que a sua vida passa a ser totalmente dominada e submetida ao Senhor, pois enquanto ele não for plenamente persuadido, ele ainda se guiará por seu próprio caminho por achar que é o mais confiável. Abraão não agiu desse modo, pois pela fé, desde Ur dos Caldeus ele progressivamente se despojou dos seus planos para atender ao chamado de Deus para sua vida. Portanto uma fé plena como a de Abraão necessariamente implica, em domínio total de Deus sobre a vida de quem crê, assim foi a vida de Abraão e assim devem ser as nossas vidas.

4:22

“Pelo que isso lhe foi também imputado para justiça”.



A fé genuína e autêntica de Abraão a qual o apóstolo vem descrevendo, é o tipo de fé pela qual Deus imputa (logizomai *logizomai*=contar, computar, calcular, conferir, considerar, creditar) justiça ao pecador. E este tipo de fé, embora Paulo já houvesse ensinado abundantemente que por meio das obras da lei ninguém será justificado, não é uma mera aceitação mental de determinados fatos sobre Deus, não é uma mera profissão pública de algum credo, mas é uma expressão que vem da alma, acompanhada de evidências práticas (submissão a vontade de Deus) na vida diária, porque a fé que agrada a Deus é VIVA.

4:23,24a

“E não somente por causa dele está escrito que lhe foi levado em conta, mas também por nossa causa,”

O apóstolo expressamente afirma que na pessoa de Abraão fora exibido um exemplo de uma justiça comum que é aplicada igualmente a todos que creem como ele creu, que o registro da vida de Abraão não foi feito unicamente por sua causa, mas para ser uma descrição do caminho de se obter a justificação para todos os que foram e serão salvos. Portanto o apóstolo nos ensina que a fé de Abraão deve ser a nossa fé, e que a justiça que ele obteve por essa mesma fé deve também ser a nossa justiça.

4:24b

“Posto que a nós igualmente nos será imputado, a saber, a nós que cremos naquele que ressuscitou dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor,”

Abraão creu em uma PROMESSA ESPECÍFICA: e o cumprimento dessa promessa requeria que houvesse uma forma de RESSURREIÇÃO DE MORTOS (Abraão estava amortecido (*nekroos*) quando a promessa lhe foi reiterada), em que os mortos fossem trazidos de volta à vida. Essa vida por sua vez, é que criou a potencialidade para a existência das nações que haviam sido prometidas como a posteridade de Abraão. Por semelhante modo, a fé do cristão tem por objetivo uma PROMESSA ESPECÍFICA, ou seja, a PROMESSA DA VIDA ETERNA, por intermédio de Jesus Cristo. Essa vida eterna, entretanto, jamais tornar-se-ia uma realidade a menos que Cristo, PELO PODER DE DEUS PAI, saísse redivivo do túmulo. Portanto o apóstolo nos ensina que ESSA FÉ QUE JUSTIFICA como no caso de Abraão é a FÉ EM DEUS PAI, uma a fé que crê em Deus Pai de um modo particular, em termos do fato que Ele ressuscitou o Senhor Jesus Cristo dentre os mortos (**Rm 10.9**). Por conseguinte mesmo quando dizemos que cremos em Cristo implicitamente estamos declarando também que cremos no Pai, pois a ressurreição de Cristo foi operada pelo poder Pai.



4:25

“O qual foi entregue por causa das nossas transgressões e ressuscitou por causa da nossa justificação.”

Paulo nos ensina que Jesus foi entregue (paradidwmi *paradidomi*=entregar alguém, para ser julgado, condenado, punido, açoitado, entregue a morte), isto é, abandonado pelo Pai para morrer. A palavra seguinte é “por” (dia *dia*=por causa de) nossas transgressões. Foi por causa das nossas transgressões (paraptwma *paraptoma*= deslize ou desvio da verdade e justiça) que Deus entregou Seu Filho unigênito à morte. “Entregue por nossas transgressões” significa que Deus lançou sobre Cristo os nossos pecados e lhes deu um TRATAMENTO DEFINITIVO. É nisso que o cristão crê, esse foi o plano de Deus operado por Cristo. Entretanto essa morte de Cristo não teria eficácia se Jesus não tivesse sido ressuscitado dentre os mortos pelo poder do Pai (“E, se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados”[I Co 15.17]) por esse motivo o apóstolo afirma que na ressurreição de Cristo obtivemos a JUSTIFICAÇÃO dos nossos pecados.

A afirmação aqui no verso 25 do capítulo 4 não anula declaração do capítulo 5 verso 9 e outras nas escrituras que afirmam que a nossa justificação ocorreu pela morte de Cristo, pois na ressurreição de Cristo houve a PROCLAMAÇÃO da ACEITAÇÃO POR PARTE DO PAI da obra realizada por Seu Filho na cruz, ou seja, a nossa JUSTIFICAÇÃO tanto pode ser entendida como acontecendo na MORTE como na RESSURREIÇÃO de Cristo, pois não se pode separar a morte da ressurreição.